



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO ESPECIAL**



PARECER PARA DISCUSSÃO EM 1º TURNO

**Proposta de Emenda à Lei Orgânica do
Município nº 01, de 2025.**

Acrescenta parágrafo ao art. 77 da Lei
Orgânica do Município de Indianópolis-MG.

1 - Do Relatório:

A Proposta em epígrafe possui o fito acrescentar parágrafo ao art. 77 da Lei Orgânica do Município de Indianópolis-MG.

A matéria foi submetida à análise da Comissão Especial, formada pelos vereadores Rafael de Almeida Jacó, Mariosan Rodrigues da Silva e Janizio Moacir Vaz de Resende, para receber parecer, na forma do art. 111, do Regimento Interno, quanto à Constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa e mérito da matéria.

Transcorrido o prazo de que trata o *caput* do art. 110, do Regimento Interno, nenhuma emenda foi apresentada à proposta.

É, em síntese, o relatório.

2 – Da análise:

A presente Comissão, em análise a iniciativa da Proposta, em observância ao que dispõem o art. 51, inciso II, da Lei Orgânica do Município que estabelece que a iniciativa de emenda a esta, poderá ser apresentada pelo Prefeito Municipal, hipótese em que se enquadra a presente proposição, não havendo vício de iniciativa.

A iniciativa também encontra respaldo no art. 84, VI, parágrafo único, da Constituição Federal, que autoriza a delegação de competências pelo Presidente da República, regra que, pelo princípio da simetria, pode ser aplicada aos municípios. Não há violação de



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO ESPECIAL

normas Constitucionais, nem de dispositivos da Lei Orgânica Municipal, estando a proposta dentro dos limites da competência legislativa local.

Portanto, a proposta atende ao disposto no art. 50, inciso I, e art. 51, §1º da Lei Orgânica, que disciplinam o processo legislativo para emenda à Lei Orgânica. A redação é objetiva e preserva a organização do artigo original, convertendo o parágrafo único existente em §1º e criando o §2º, sem comprometer a clareza e/ou a coerência normativa.

Quanto aos aspectos formais, a propositura se encontra redigida de maneira razoável e adequada à boa técnica legislativa, conforme o Manual de Redação Oficial da Presidência da República e à Lei Complementar nº 95/1998.

No mérito, a medida fortalece a eficiência administrativa, permitindo a desconcentração de tarefas e maior agilidade na gestão pública.

A possibilidade de delegação preserva a autoridade do Prefeito Municipal, que continuará responsável pelas competências privativas e exclusivas, mas possibilita que funções administrativas rotineiras sejam executadas por auxiliares diretos, como Secretários e Procuradorias, garantindo melhor qualidade na prestação do serviço público.

Dessa forma, a Comissão considera que a Proposta atende a Legislação Constitucional, a Lei Orgânica Municipal e os princípios da eficiência, da transparência e da economicidade, sendo conveniente para a administração pública.

3 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão Especial manifesta-se FAVORAVELMENTE à aprovação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2025, conclui-se que a matéria está em plena conformidade com a legislação vigente, atende aos princípios Constitucionais e apresenta relevância administrativa.


É o parecer, SMJ.


Sala das reuniões, 25 de agosto de 2025.

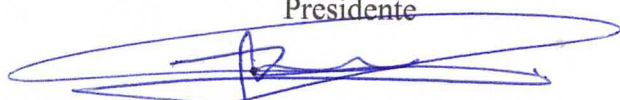


CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO ESPECIAL




Mariosan Rodrigues da Silva
Relator


Rafael de Almeida Jacó
Presidente


Janizio Moacir Vaz de Resende
Membro